SUFRAMA

SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local
Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 21 de outubro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO
CAPA 1

JORNAL DO COMMERCIO
CAPA (continuação) 2

JORNAL DO COMMERCIO
PEC da ZFM aguarda tramitação 3
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO
Eletros 4
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO
Motocicletas 5
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO
Pedrinho Aguiar 6

AMAZONAS EM TEMPO
Carreiras 'quentes' no PIM 7
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO
Carreiras 'quentes' no PIM (continuação) 8
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO
Alfredo Mr Lopes 9
ECONOMIA

AMAZONAS EM TEMPO
Fernando Coelho Jr. 10
PLATÉIA

DIÁRIO DO AMAZONAS
Fim da guerra fiscal reduzirá em R$ 763 mi receita do AM 11
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS
Venda de motocicletas no mercado brasileiro cresce na primeira quinzena 12
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS
Segmento de bebidas cobra igualdade de benefícios 13
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS
Segmento de bebidas cobra igualdade de benefícios (continuação) 14
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS
Segmento de bebidas cobra igualdade de benefícios (continuação) 15
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS
Linha de Xbox quadruplica produção de jogos no PIM 16
SOCIEDADE

Manaus, domingo, 21 de outubro de 2012.

CAPA

PEC que prorroga ZF aguarda tramitação

Foto: Walter Mendes

Aprovação da PEC vai consolidar o polo industrial no Amazonas e permitir expansão das atividades na região metropolitana

Durante a realização da 259ª Reunião Ordinária do CAS, na tarde da última quinta-feira (18), o deputado estadual José Ricardo (PT) levantou a questão da PEC 506/2010 (Proposta de Emenda à Constituição), que prorroga os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos, pedindo que "não caia no esquecimento dos parlamentares um assunto de relevante importância para as indústrias incentivadas no PIM". A PEC 506/2010 foi apresentada em julho de 2010 pelo então senador Artur Virgílio Neto (PSDB/AM), e aguarda tramitação para chegar ao presidente da Mesa Diretora, deputado Marco Maia (PT-RS), para que ele autorize a criação da Comissão Especial que irá analisar o mérito da proposta. A bancada do Amazonas vai buscar a indicação da relatoria ou presidência do colegiado para poder interferir no processo de aprovação no plenário da Câmara.

CAPA (continuação)

Crescimento

Foto: Walter Mendes

Com novas linhas de crédito as vendas de motos crescem e tendem a aumentar no quarto trimestre

Financiamento aumenta negócios com motocicletas

As novas linhas de financiamento anunciadas recentemente pelos bancos públicos podem contribuir para o crescimento de até 3% nos negócios com motocicletas no quarto trimestre deste ano. Segundo a Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares), as vendas de motocicletas atingiram 59.192 unidades na primeira quinzena de outubro, alta de 8,4% ante as 54.601 unidades da primeira metade de setembro.

Página A7

PEC da ZFM aguarda tramitação

Por Tanair Maria

A PEC que prorroga por mais 50 anos os benefícios para a ZFM já completou dois anos de sua apresentação e continua parada na Câmara de Deputados em Brasília/DF.

Hoje, a aguarda tramitação para chegar ao presidente da Mesa Diretora, deputado Marco Maia (PT-RS), para que ele autorize a criação da Comissão Especial que irá analisar o mérito da proposta. A bancada do Amazonas vai buscar a indicação da relatoria ou presidência do colegiado para poder interferir no processo de aprovação no plenário da Câmara.

A PEC 506/2010 foi mencionada como uma preocupação pelo deputado estadual petista José Ricardo, durante a realização da 259ª Reunião Ordinária do CAS (Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus), na tarde de quinta-feira (18), "que não caia no esquecimento dos parlamentares um assunto de relevante importância para as indústrias incentivadas no PIM (Polo Industrial de Manaus)".

O Jornal do Commercio fez uma retrospectiva de como tudo começou. Em abril deste ano a CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania), da Câmara dos Deputados Federal, aprovou por unanimidade, o parecer do deputado Henrique Oliveira (PR-AM) sobre a admissibilidade, juridicidade e técnica legislativa da PEC 506/2010.

Tramitação

A PEC 506/2010 (Proposta de Emenda à Constituição) de autoria do então senador pelo partido tucano PSDB/AM, Artur Virgílio Neto, que prorroga por mais 50 anos os benefícios para a ZFM (Zona Franca de Manaus), apresentada em 15 de outubro de 2010, prorroga os incentivos até 2033, e também estende até 2029 os percentuais de desconto para a aquisição de bens e serviços de informática e automação, previstos na Lei 11.077/04, que trata dos benefícios fiscais destinados à capacitação de tecnologia da informação. O fim desses incentivos está previsto para 2019.

PEC apresentada em 2010 prorroga os incentivos destinados à Zona Franca de Manaus até 2033

Tramitou pela Mesa Diretora, plenário, CCP, CCJC da Câmara, durante mais de dois anos. Em fevereiro de 2012 o senador Eduardo Braga (PMDB) falou à imprensa sobre o calendário de reuniões no Congresso especialmente do esforço concentrado dos meses de agosto, setembro e outubro, período da campanha eleitoral nos municípios e quando ocorre o 'recesso branco' nas duas Casas legislativas.

Para o Amazonas, há duas boas notícias segundo o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), a PEC da Música nº 123 só entrará na pauta de votação em novembro e a PEC 506/2010 da Prorrogação por 50 anos da ZFM, assim como o Projeto de Lei 2.633/11, que amplia os benefícios da ZFM à RMM (Região Metropolitana de Manaus) poderão estar aprovados até o final da legislatura de 2012.

Apesar das promessas do governo federal, a manutenção dos benefícios do Polo Industrial de Manaus ainda aguarda tramitação

"Eu não sou líder da Câmara, mas conversei com a presidente Dilma Rousseff e ela determinou que a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, articule as duas propostas junto às lideranças dos deputados para votar e aprovar as duas matérias no segundo semestre. A nossa meta é chegar a dezembro com a PEC da prorrogação e da extensão da ZFM aos municípios da RMM aprovados", declarou Braga.

Com a proximidade do término das eleições municipais 2012, no próximo dia 28, os trabalhos das Casas legislativas deverão voltar à normalidade em Brasília/DF, dando prosseguimento em tempo hábil para tramitação da PEC 506/2010 e demais projetos de interesse direto da ZFM, ainda em 2012, como declarou o senador Braga.

Agora, o status da situação é de aguardar a criação de Comissão Temporária na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Eletros

Venda de linha branca deve crescer 15% em 2012

O presidente da Eletros, Lourival Kiçula, afirmou que as vendas de unidades de linha branca devem crescer 15% em 2012 ante 2011. Segundo ele, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o segmento deve provocar uma alta em torno de 15% tanto no terceiro trimestre como também de outubro a dezembro ante os mesmos trimestres do ano passado. "O Natal será bom para o setor", comentou Kiçula.

Segundo ele, o número de televisores comprados no mercado interno deverá subir de 14,5 milhões no ano passado para 15 milhões em 2012. Kicula, contudo, destacou que as vendas dos produtos da linha branca estão registrando crescimento favorável neste ano especialmente em função da redução do IPI concedida pelo governo federal desde abril. "Se não fosse a diminuição do imposto, ao invés de registrar expansão próxima a 15% haveria um aumento de 0% neste ano", destacou.

O dirigente ressaltou que para 2013, o patamar do IPI menor para o setor é imprescindível para garantir bons níveis de vendas. "Em função disso acreditamos que seria oportuno manter como permanente a redução do IPI", afirmou.

Motocicletas

Abraciclo aposta em evolução

Associação de fabricantes projeta melhora no fim do ano, mas vendas ainda estão 10% abaixo

As vendas de motocicletas atingiram 59192 unidades na primeira quinzena de outubro, alta de 8,4% ante as 54601 unidades da primeira metade de setembro, de acordo com dados divulgados nesta sexta-feira(19),péla Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares). O volume, no entanto, ainda é 10% menor que o do mesmo período do ano passado, quando foram emplacadas 65750 unidades.

As novas linhas de financiamento anunciadas recentemente pelos bancos públicos podem contribuir para o crescimento de até 3% nos negócios com motocicletas no quarto trimestre deste ano, interrompendo a sequência de retrações registradas nos últimos meses. A avaliação é da Abraciclo, que projeta a comercialização total de 406 mil motocicletas nos últimos três meses, ante as 394361 unidades comercializadas no trimestre anterior.

Os dados divulgados pela entidade, tendo por base os emplacamentos registrados pelo Renavam, mostram que na primeira quinzena do presente mês, foram comercializadas 59192 motocicletas, volume 10% abaixo em relação ao mesmo período do ano passado (65750 unidades) e 8,4% superior à primeira metade de setembro (54.601 unidades). É importante observar, no entanto, que a primeira quinzena de outubro contou com um dia a mais de comercialização em relação ao período similar de setembro.

"Nossa expectativa é que haja uma pequena recuperação do mercado nos próximos meses, devido, sobretudo, às novas linhas de crédito anunciadas recentemente pelos bancos públicos. Esperamos que outras instituições financeiras participem deste processo, oferecendo planos de financiamento adequados aos atuais rumos da economia brasileira e, portanto, compatíveis com o desejo de compra dos consumidores. Desta forma, as instituições financeiras estarão colaborando de fato para a retomada dos negócios com motocicletas", diz Marcos Fermanian, presidente da Abraciclo.

Nova Associada

A partir deste mês, a Abraciclo passa a contar com 13 associadas, em função da adesão da Triumph Fabricação de Motocicletas de Manaus Ltda., que prepara o início de sua produção no PIM (Polo Industrial de Manaus).

Por dentro

TRIUMPH

O plano de produção da Triumph prevê a montagem de 790 unidades no primeiro ano, que aumentará para 1910 motos em 2013 e chegando a 3147 em 2014. A produção será de motos com propulsores acima de 450cm³, ou seja, toda a linha da Triumph tem a possibilidade de ser montada no Brasil, já que a marca possui apenas modelos de alta cilindrada em sua gama. Além disso, estão previstos a criação de 58 empregos diretos e indiretos, até 2014. A empresa iniciou a montagem das primeiras unidades de pré-produção de suas motocicletas no Brasil, em Manaus, no início de setembro e pretende inciar as vendas já em outubro deste ano.

Foto: Divulgação

Montadora Triumph iniciou produção de motocicletas no Polo Industrial de Manaus

Pedrinho Aguiar

Prioridade

O presidente do Sindicato Nacional da Industria Naval (Sinaval), Ariovaldo Rocha, um dos grandes investidores nacionais em estaleiros de grande porte, garantiu ontem, que o Polo Naval do Amazonas é uma prioridade nacional. O anúncio foi feito ao deputado estadual Adjuto Afonso (PP) que estava acompanhado com os integrantes da Seplan, Sindarma, Sindnaval e Sebrae.

A comitiva amazonense está participando do 24º Congresso Nacional de Transporte Aquaviário, Construção Naval e Offshore (Exponaval), no Rio de Janeiro desde a última segunda-feira. O evento é uma realização da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval (Sobena).

Carreiras 'quentes' no PIM

ANWAR ASSI
Equipe EM TEMPO

Sede de um distrito industrial pujante com empresas de renome mundial, Manaus será um "porto seguro" para técnicos e engenheiros em mecânica e eletroeletrônica nos próximos 5 anos. Esses profissionais, nos níveis médio e superior, serão as mais requisitados no quinquênio vindouro, representando quase 75% de toda a demanda do Polo Industrial de Manaus (PIM) até 2017.

Além deles, as fábricas instaladas na capital amazonense vão abrir as portas para profissionais qualificados em processos de produção e especialistas nas áreas de logística, fiscal e financeira, entre outros cargos. Ao todo, em cinco anos, o PIM pretende preencher 1.432 vagas em 16 áreas diferentes, com salários que vão de R$ 1,7 mil (eletricista, técnico em processo) até R$ 5 mil (engenheiro de projetos).

Porém, a maioria dos salários está entre R$ 2 mil (técnico em mecânica, contabilidade, manutenção e administrativo financeiro) e R$ 3,5 mil (engenheiros mecânicos e eletroeletrônicos). Há também salários de R$ 3,2 mil (especialistas em logísticas, compras e comércio exterior), de R$ 3 mil (especialistas em automação e produção), de R$ 2,9 mil (técnico em eletroeletrônica), de R$ 2,5 mil (técnico em automação, RH e sistemas de informática) e de R$ 2,2 mil (ferramenteiro).

Os dados foram levantados, entre julho e setembro deste ano, pela Coordenadoria de Relações do Trabalho e Emprego da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), junto a 34 empresas, que representam, aproximadamente, 5% do total de empresas do PIM. "Essa demanda pode ser bem maior, uma vez que algumas empresas não participaram da pesquisa", afirma um dos coordenadores do estudo, o diretor presidente da Masa da Amazônia, Ocimar Melloni.

Segundo ele, a demanda por esses profissionais partiram, principalmente, de empresas dos polos eletroeletrônicos, duas rodas e componentistas, juntos, são responsáveis por mais de 65% do faturamento global do PIM. Conforme Melloni, os profissionais demandados são fundamentais para elevar a competitividade a nível global das fábricas instaladas na região, meta essa que só será alcançada mediante o trabalho de profissionais altamente qualificados e comprometidos em contribuir para um futuro melhor para o Amazonas. "É muito provável que se a escassez desses profissionais continuar daqui a três ou cinco anos, os salários serão fortemente majorados, em razão da disputa das empresas em captar e reter os melhores talentos do mercado", explica Melloni.

DEMANDA

A expectativa, conforme levantamento da Fieam, é de que sejam abertas oportunidades para profissionais em processo de produção e especialistas nas áreas de logística, fiscal e financeira

Capacitação disponível

O diretor da Coordenadoria de Relações do Trabalho e Emprego da Fieam, Genoir Pierosan, explica que há recursos disponíveis para a qualificação profissional nas instituições ligadas às indústrias, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Contudo, ele ressalta que falta interesse e participação dos empresários em recorrer a essas instituições para adequar os cursos às demandas da indústria.

Carreiras 'quentes' no PIM (continuação)

Mercado exige qualificação

A procura por emprego por parte de profissionais de áreas operacionais, como montador e soldador, por exemplo, e áreas técnicas tem sido grande nas empresas de recursos humanos. A diretora comercial da Strategic Advanced, Roseli Menegasso, afirma que, por outro lado, porém, quando o nível do profissional se eleva, a situação inverte. "Somos nós que procuramos esses profissionais no mercado, como é o caso dos engenheiros. O mercado está cada dia mais exigente, desejando não apenas conhecimento técnico, mas também perfil comportamental, ou seja, profissionais dinâmicos, flexíveis, criativos e com facilidade para se adequar às situações", ressalta a especialista.

Promissor

Ela salienta que o segmento de óleo e gás poderá ser um atraente campo de oportunidades de emprego futuramente no Amazonas. "Cargos como o de montador e técnicos, em geral, independentemente do segmento da indústria e m que busquem uma chance, são cargos que sempre possuem espaço dentro das companhias, devido às necessidades de manutenção e outras atividades", frisa Roseli Menegasso.

"Uma das várias maneiras que existem de ingressar nas indústrias é por meio de programas de estágios que as empresas disponibilizam em convênio com entidades especializadas", destaca o empresário Melloni.

Leia mais na B2

Remuneração desses profissionais varia de R$ 1,7 mil a R$ 5 mil no parque fabril de Manaus

Alfredo Mr Lopes

Voo solitário

Para quem esperava surfar nas promessas de uma nave poderosa, impressionante e irresistível, aquinhoada de equipamentos arrojados e azeitada por generosos recursos, a candidata do governo para ocupar a prefeitura municipal, Vanessa Grazziottin, vai à luta dirigindo um precário monomotor, movido apenas por sua costumeira obstinação e fibra, numa viagem de patrocinadores atrapalhados cujo desfecho parece incômodo antecipar. E que não venha ninguém arriscar que se trata de um inesperado acidente de percurso. Sem radar e sem reparo no trem de pouso, a nave da senadora está entregue a nevoeiros e tempestades de uma meteorologia sobejamente conhecida no relacionamento deste Estado com a União federal.

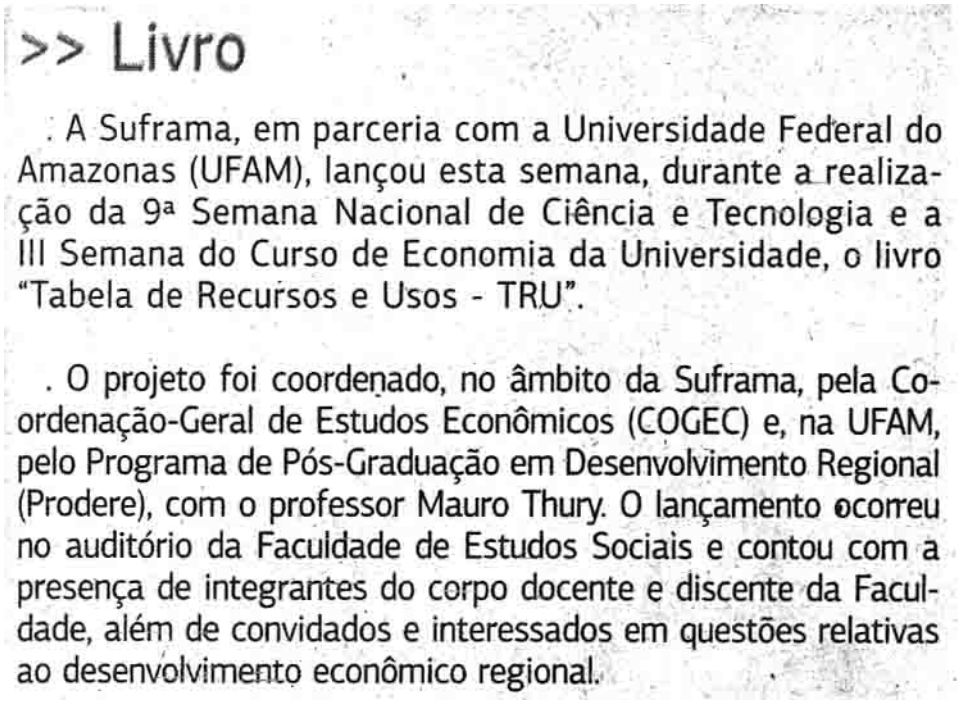
Os mesmos empresários que insistiram para que ela se mantivesse na Câmara dos Deputados, evitando os danos da aventura pelo Senado, imposta pelo Palácio do Planalto, já ensaiam deixar Manaus para produzir em centros próximos dos consumidores, como São Paulo e Rio. E a razão é muito simples. A consolidação da alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 4% no estado de origem, a partir de 2013, editada pelo Senado Federal, através da Resolução n. 13, que colocou um fim à chamada "guerra dos portos". E que nos fará permanecer "esperando, parados, pregados, na pedra do porto, com um único e velho vestido cada dia mais curto", como profetizou o poeta. O golpe - diferente do esvaziamento paulatino dos polos industriais restantes, televisores e duas rodas - será fatal à economia do modelo ZFM, fundado que é nas vantagens fiscais para aliviar as dificuldades locacionais. E pior do que isso: refém da timidez absoluta de investimentos em infraestrutura de energia, transporte e comunicação, que impedem até a formulação de alternativas ao modelo econômico em vigor, coerentes com a vocação de negócios da floresta.

Um conjunto recente de medidas para turbinar a aeronave política acabou resvalando em lembranças e/ou reprises de antigas pirotecnias, como a prorrogação dos incentivos por mais ene anos, investimentos em C&T , fim do apagão, banda larga, telefonia e logística dos transportes, parques tecnológicos e outras cositas más, similares às do mesmo período da última eleição. Sem devolução das verbas contingenciadas, nem recursos para contratar serviços de primeira necessidade, a Suframa já não sabe explicar porque o CNPJ do Centro de Biotecnologia não vinga, um a década depois que a Novartis partiu daqui pra Cingapura, produzir fármacos com rubiáceas tropicais – a partir de clones fornecidas pela Embrapa - e vendê-los pelo olho da cara ao Ministério da Saúde do Brasil.

No primeiro debate do segundo turno, pra ilustrar a possibilidade de concretização das promessas de que ela mesma tem sido vítima, a senadora insistia na efetividade dos recursos da União no cotidiano da cidade, ao exemplificar com os equipamentos nas escolas e rede municipal de saúde, adquiridos com recursos supostamente federais. Com todo respeito, excelência, aquele que o senador Mestrinho nutria por sua pessoa e conduta, fruto de uma convivência benéfica ao Amazonas, esses recursos apontados não são da União federal do Brasil. Absolutamente. São do povo deste Estado, do contribuinte que aqui vive e trabalha, dos operários e empreendedores do p olo industrial de Manaus, que recolhem 65% de todos os impostos pagos pelos Estados da Região Norte. De tudo que é apurado na ZFM, 53% vai direto para os cofres da Viúva, está provado. Na Aritmética elementar dos repasses federais, aliás, o Amazonas é o único estado do Norte/Nordeste brasileiro com saldo positivo entre o que recolhe e o que recebe da União. Um Estado que se recusa ao papel de tocar uma viola solitária a emitir uma nota só, numa canção desafinada e solitária, pela tibieza de sua representação e pelo vazio de anúncios interesseiros.

Alfredo MR Lopes
Filósofo e consultor ambiental

Fernando Coelho Jr.



>> Livro

. A Suframa, em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), lançou esta semana, durante a realização da 9ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e a III Semana do Curso de Economia da Universidade, o livro "Tabela de Recursos e Usos - TRU".

. O projeto foi coordenado, no âmbito da Suframa, pela Coordenação-Geral de Estudos Econômicos (COGEC) e, na UFAM, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Prodere), com o professor Mauro Thury. O lançamento ocorreu no auditório da Faculdade de Estudos Sociais e contou com a presença de integrantes do corpo docente e discente da Faculdade, além de convidados e interessados em questões relativas ao desenvolvimento econômico regional.

Fim da guerra fiscal reduzirá em R$ 763 mi receita do AM

MANAUS

O Amazonas está ameaçado de perder R$ 763 milhões na arrecadação estadual, ao longo de dez anos, com o fim da guerra fiscal. É o que aponta um estudo feito pela LCA Consultores, encomendado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O levantamento utiliza os dados das notas fiscais eletrônicas e calcula ganhos e perdas de receita dos 26 Estados, mais o Distrito Federal.

As perdas serão provocadas caso a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) seja transferida da origem para o destino, com a redução das alíquotas para 4% e 2%. Hoje, as alíquotas interestaduais estão entre 7% e 12%. A Reforma Tributária também deverá alterar a apropriação de crédito tributário, que colocaria fim à cumulatividade do ICMS. O processo levaria dez anos. A análise leva em consideração dados de notas fiscais eletrônicas e contabiliza o imposto sem descontar os benefícios concedidos às empresas.

FRASE

Gilmar Freitas.
Assessor Econôm. da Fieam
As empresas vêm pra cá porque elas têm vantagens comparativas em relação a outros Estados. Se acabar com isso, ninguém vai ficar"

O estudo aponta que o impacto da transição de cobrança ultrapassa os R$ 11 bilhões, indicam os dados da Agenda Tributária para a Competitividade Industrial, divulgado pela CNI. O Amazonas é um dos Estados que terão perdas.

A proposta é unificar o ICMS para todos os Estados, ressalta o assessor econômico da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Gilmar Freitas. Na avaliação do economista, o Amazonas tem muito a perder caso o governo federal determine as mudanças. "As empresas vêm pra cá porque elas têm vantagens comparativas em relação a outros Estados. Se acabar com isso, ninguém vai ficar", avalia Freitas. Ele ressalta que as vantagens do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) são para compensar o alto custo produtivo devido à infraestrutura e logística.

O economista lembra, ainda, que a guerra fiscal se consolidou quando os Estados não cumpriram a legislação, pois só poderiam fazer alterações no ICMS com autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Para Freitas, o Amazonas é o único Estado que tem a garantia legal de alterar alíquotas de ICMS sem passar pelo Confaz. "Eles estabeleceram leis de ICMS ao seu bel-prazer, deram isenções, deram crédito para atrair investimentos sem submeter ao Confaz", explica. Segundo o economista, são leis ilegais porque contrariam uma lei federal.

Mudança **na legislação tributária que rege a cobrança do ICMS** vai afetar Estados industriais, como o Amazonas

Regras trarao equilíbrio, avalia CNI

As mudanças na legislação tributária do País devem alterar as atuais distorções entre os Estados. A avaliação é do gerente-executivo de Pesquisa Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, ao avaliar que o fim da guerra fiscal vai tornar os mecanismos de disputas de mercado mais leais. "Significa a homogenização das condições de concorrência, muitas vezes baseadas na concorrência desleal", afirma. O gerente destaca que a mudança tributária não deve fazer com que políticas de desenvolvimento para a indústria e outros setores desapareçam.

Castelo Branco admite que, no curto prazo, as empresas que têm projetos incentivados podem ser prejudicadas com o fim da guerra fiscal, mas reforça que é preciso uma solução para os projetos já existentes. "Pode haver uma regra de transição e a estruturação de uma política futura que mantenha a capacidade de levar o desenvolvimento para as regiões menos desenvolvidas sem que signifique uma concorrência predatória com outros entes da federação", afirma.

Venda de motocicletas no mercado brasileiro cresce na primeira quinzena

As vendas de motocicletas atingiram 59.192 unidades na primeira quinzena de outubro, alta de 8,4% ante as 54.601 unidades da primeira metade de setembro, de acordo com dados divulgados pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo). O volume, no entanto, ainda é 10% menor que o do mesmo período do ano passado, quando foram emplacadas 65.750 unidades.

A Abraciclo associa a alta nas vendas em outubro ante setembro às novas linhas de financiamento para motocicletas, anunciadas recentemente pelos bancos públicos. A entidade ratificou a posição de que as vendas totais podem crescer até 4% no quarto trimestre deste ano, ante o terceiro trimestre de 2012.

A Abraciclo prevê que 406 mil motocicletas serão vendidas nos últimos três meses de 2012, ante as 394.361 unidades comercializadas entre julho e setembro. "Esperamos que outras instituições financeiras participem deste processo, oferecendo planos de financiamento adequados aos atuais rumos da economia e compatíveis com o desejo de compra dos consumidores", informou Marcos Fermanian, presidente da Abraciclo.

A retomada da venda de motocicletas no País interessa diretamente o Estado do Amazonas. Quase a totalidade das fabricantes de motocicletas no País está concentrada no Polo Industrial de Manaus (PIM).

Segmento de bebidas cobra igualdade de benefícios

TEXTO Daisy Melo
FOTO Evandro Seixas/18/05/04

MANAUS

"Hoje, quem está pagando essa conta de renúncia fiscal, entre aspas, é o segmento de bebidas, que foi penalizado por meio de tributos, enquanto outros são incentivados com desonerações em folha". O desabafo é do presidente do Sindicato da Indústria de Bebidas de Manaus, Antônio Silva, após o anúncio das medidas em benefício do Polo de Duas Rodas. O líder empresarial e representante da Recofarma, do grupo Coca-Cola Company, critica a redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os fabricantes de bebidas de todo País, medida que afeta a competitividade dos produtores locais.

A decisão, tomada em maio deste ano pelo governo federal, afeta a competitividade de concentrados do Polo Industrial de Manaus (PIM), avalia Antônio Silva, também presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam). "O polo de concentrados é o mais prejudicado, o segmento de bebidas como um todo... Se vamos fazer um benefício, tem que fazer para todos", disse Silva. O segmento é, hoje, o maior exportador do Amazonas.

Em agosto, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) anunciou a redução de 50% da Taxa de Serviços Administrativos (TSA) para as fabricantes de motos e a Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz) a extensão da isenção de 25% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na conta de energia elétrica para as compo-

OS BENEFÍCIOS

15%

foi a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os fabricantes de bebidas do País, alíquota que deverá ser zerada até outubro de 2013.

US$ 122 mi

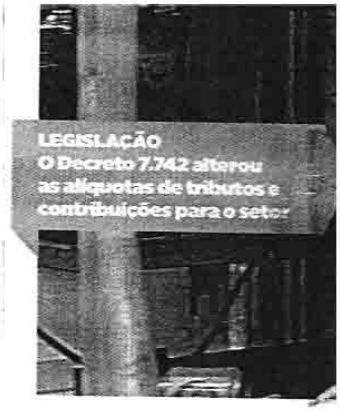
foram exportados pela indústria de concentrados para refrigerantes do Amazonas de janeiro a agosto deste ano. No mesmo período de 2011, esse montante foi de R$ 119,4 milhões.

nentistas do Polo de Duas. Somados. Os benefícios chegam a, aproximadamente, R$ 18 milhões.

De acordo com o presidente da Fieam, a diminuição da alíquota do IPI foi de 27% para 20%. "Ainda tem a situação de PIS/Cofins (Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) em cima de bebidas, uma série de tributação, ainda não houve mudança, está em estudo, houve uma ação para que possamos efetivamente equacionar", afirmou. O governo decidiu reduzir para os fabricantes de bebidas do País, o IPI em 15% até este mês e para zero até o mesmo mês de 2013.

Quando a medida de redução do IPI foi anunciada, em maio, o senador Alfredo Nascimento (PR) afirmou que a mudança prejudica o setor de concentrados do PIM. "A equipe econômica do governo federal anunciou a redução

Segmento de bebidas cobra igualdade de benefícios (continuação)



escalonada do IPI que incide sobre o segmento de concentrados, desfechando um duro golpe sobre a indústria de bebidas e tornando praticamente inviável a operação desse setor no Polo Industrial de Manaus", afirmou.

Publicado no Diário Oficial, pela Secretaria da Receita Federal, no dia 31 de maio deste ano, o Decreto 7.742 trouxe alterações nas alíquotas federais para o setor de bebidas. Entre as mudanças está a atualização das tabelas do IPI, PIS/Confins e a redução da alíquota do IPI de extratos concentrados.

Exportações

No topo do ranking dos exportadores do Polo Industrial de Manaus (PIM), essa indústria somou mais de US$ 122,4 milhões em vendas externas de janeiro a agosto de 2012. No mesmo período do ano passado, as vendas de concentrados de bebidas (xarope) acumularam US$ 119,4 milhões, o que representa um aumento neste ano de 2,51%, de acordo com dados do Mi-

Segmento de bebidas cobra igualdade de benefícios (continuação)

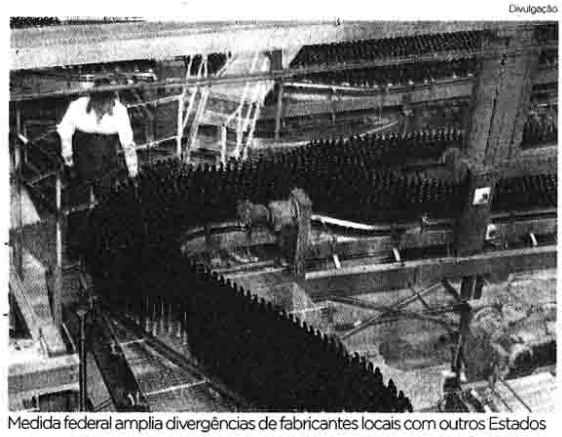
Antonio Silva.
Pres. do Sind. da Ind. de Bebidas e da Fleam
Hoje, quem está pagando essa conta de renúncia fiscal, entre aspas, é o segmento de bebidas, que foi penalizado"

nistério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Esse cenário positivo do setor do PIM será modificado a partir do vigor da redução do IPI para as produtoras de bebidas de todo o País, de acordo com Antônio Silva.

O faturamento das empresas de concentrados vem crescendo ao longo dos anos. Comparando aos primeiros oito meses de 2007 a 2012, as empresas do segmento faturaram mais nesse intervalo desse ano. De janeiro a agosto de 2012, o faturamento foi 40,49% superior em relação ao mesmo período do ano passado, chegando a US$ 422,8 milhões.

Em contrapartida, o segmento de concentrados de bebidas soma 1.619 trabalhadores, segundo os últimos dados dos indicadores econômicos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), que considera até agosto deste ano. Nos últimos três anos, o total de mão de obra empregada no setor apresentou uma queda de 13,97%. Em 2009, o número de empregos no setor era de 1.882.

Divulgação



Medida federal amplia divergências de fabricantes locais com outros Estados

INCENTIVOS

Medida amplia divergências com outras regiões do País

A medida serviu para ampliar as divergências entre as indústrias de outros Estados e as instaladas no PIM. Para o presidente da Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil (Afrebras) Fernando Rodrigues de Bairros, as fábricas de concentrados do PIM "reclamam" do IPI porque quanto maior o percentual do imposto melhor para as fabricantes de refrigerantes que compram o produto.

"Ao adquirir o concentrado, essas fábricas obtêm um crédito que pode ser utilizado para zerar o seu débito de imposto do IPI. Efetivamente as empresas que compram concentrado da Zona Franca de Manaus não recolhem nem um centavo de IPI".

Sobre a possibilidade da alteração tributária 'fechar as portas' das empresas instaladas no Polo, Bairros afirma que é um "blefe" das indústrias. "A redução do IPI não levará o fechamento das indústrias, pois há outros impostos que não estão sendo considerados, que também geram bilhões de reais em créditos, entre eles, ICMS e IR. Qualquer ameaça de fechamento de fábricas de concentrados não deixa de ser blefe das grandes corporações do setor", afirmou.

De acordo com o presidente da entidade, fábricas nacionais que possuem o mesmo processo produtivo estão sendo afetadas. "É prejudicial aos pequenos fabricantes de refrigerantes do Brasil, isso é facilmente percebido, pois, mesmo possuindo os incentivos fiscais, o concentrado tem um custo maior do que o produzido fora da Zona Franca de Manaus", disse.

Conforme dados da Afrebras, o custo médio do concentrado, em São Paulo, é R$ 26,81 com geração R$ 7,23 em créditos de IPI, enquanto que no PIM o custo aproximado é de R$ 162 e créditos de IPI de R$ 43,74.

Linha de Xbox quadruplica produção de jogos no PIM

em janeiro e vem dobrando mês a mês. Em agosto, foram mais de 82 mil consoles, 60% mais em relação a igual mês de 2011, apontam os indicadores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Para o superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira, a produção local pela Masa, em parceira com a Flextronics, foi a responsável pelo salto nos números.

O gerente-geral de Xbox no Brasil, Guilherme Camargo, destaca que o mercado tem respondido de maneira positiva e a fabricação em Manaus tem parcela nesse espaço. "A Microsoft completou um ano de mercado com a fabricação local dos consoles, games, cartões de assinatura e pontos do serviço Xbox Live. Com a fabricação local fortalecemos o mercado oficial", disse.

Atualmente, a Microsoft produz quatro modelos do video game em Manaus: Xbox 360 4GB, Xbox 360 4GB com Kinect, Xbox 360 250GB e Xbox 360 250GB com Kinect. Há também edições especiais, como uma versão branca do console.

Outra empresa que atua em Manaus é a Tectoy, com produção dos consoles MasterSystem e Megadrive. De acordo com a companhia, os videogames têm uma opção de custo-benefício atrativo e jogabilidade mais simples, o que faz com que crianças possam iniciar com o videogame.

Em nota, a empresa informou que o mercado está em alta e houve aquecimento em agosto para o Dia das Crianças, devendo se estender até o Natal. Outras cinco empresas estão ativas na produção de telejogo ou consoles: a Bangtoys do Brasil Indústria de Brinquedos e Comércio, a Ceder Eletrônica da Amazônia, a Foxconn Moebg, a Indústria Jimmy e a Toxell Industria Eletrônica.

Além dos consoles, o PIM também produz jogos em CD-ROM e iniciou, em 2012, a fabricação de jogos em Blu Ray-Rom para PlayStation 3.

EM ALTA

325

mil unidades a mais do produto saíram das linhas da indústria local em agosto, em relação a igual mês do ano passado, segundo os dados da Suframa.

Atualmente, **a Microsoft produz quatro modelos do video game** pela Masa e a Flextronics em Manaus: Xbox 360 4GB, Xbox 360 4GB com Kinect, Xbox 360 250GB e o Xbox 360 250GB com Kinect